

**Estudo do perfil dos cursos de licenciatura em matemática ofertados no Pará,  
nas modalidades presencial e à distância****Profile study of licensing mathematics courses offered in Pará, in person and at  
distance**

DOI:10.34117/bjdv6n8-606

Recebimento dos originais:08/07/2020

Aceitação para publicação:26/08/2020

**Ewerton Carvalho de Souza**

Doutor em Química pela Universidade Federal do Pará - PPGQ

Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, 2501 – Terra Firme, Belém – PA, Brasil.

E-mail: ewcarvalho@yahoo.com.br

**Jaqueline do Nascimento Brito**

Graduanda em Licenciatura Plena em Computação pela Universidade Federal Rural da Amazônia

Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, 2501 – Terra Firme, Belém – PA, Brasil.

E-mail: jaquelinebrito18@gmail.com

**William Victor Silva Barros**

Graduando em Sistema de Informação pela Universidade Federal Rural da Amazônia

Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, 2501 – Terra Firme, Belém – PA, Brasil.

E-mail: williamvictorsilva@gmail.com

**Silvia Helena da Silva e Souza**Mestra em Docência em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Pará -  
PPGDOC

Instituição: Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC PA

Endereço: Av. Augusto Montenegro, s/n – km 10 – Icoaraci, Belém – PA, Brasil.

E-mail: silviahssouza@yahoo.com.br

**Arthur Gonçalves Machado Junior**

Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Pará - PPGECEM

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá, Belém – PA, Brasil

E-mail: agmj@ufpa.br

**Antonio dos Santos Silva**

Doutor em Química pela Universidade Federal do Pará - PPGQ

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá, Belém – PA, Brasil

E-mail: ansansilva47@gmail.com

**RESUMO**

No Brasil, os cursos de formação superior podem ser considerados como novos, graças a tardia criação de universidades em território nacional. Isto é ainda mais evidente no Estado do Pará, onde houve uma maior expansão do ensino superior após a evolução do ensino à distância ocorrida nas últimas décadas. Este trabalho teve por objetivo a caracterização dos atuais cursos de licenciatura em Matemática, presenciais ou à distância, cadastrados como ativos na base de dados do Ministério da Educação (e-MEC), ofertados por instituições públicas ou privadas, atuantes no Estado do Pará. Para isso foi realizada uma pesquisa no banco de dados do MEC, utilizando-se os termos: licenciatura em matemática; Pará. Percebeu-se um aumento significativo tanto no número de cursos ofertados, quanto nas vagas destinadas ao curso de Licenciatura em Matemática no Estado do Pará, além de uma ampliação considerável da interiorização dessa oferta, principalmente na modalidade EAD. Todos os cursos apresentam tempo mínimo de integralização adequado ao que diz a legislação vigente. Espera-se contribuir para a ampliação do conhecimento sobre os cursos de licenciatura em matemática que estão disponíveis ao público paraense.

**Palavras-chave:** Base de dados do e-MEC, Graduação em Matemática, Estado do Pará.

**ABSTRACT**

In Brazil, higher education courses can be considered as new, thanks to the late creation of universities in the national territory. This is even more evident in the State of Pará, where there was a greater expansion of higher education after the evolution of distance learning that occurred in recent decades. This work aimed to characterize the current degree courses in Mathematics, in person or at a distance, registered as assets in the database of the Ministry of Education (e-MEC), offered by public or private institutions, operating in the State of Pará. For this, a search was carried out in the MEC database, using the terms: degree in mathematics; Pará. A significant increase was noticed both in the number of courses offered and in the vacancies destined to the Mathematics Degree course in the State of Pará, in addition to a considerable expansion of the internalization of this offer, mainly in the distance learning modality. All courses have a minimum amount of time adequate to what the current legislation says. It is expected to contribute to the expansion of knowledge about the mathematics degree courses that are available to the Pará public.

**Keywords:** e-MEC database, Graduation in Mathematics, State of Pará.

**1 INTRODUÇÃO**

Na educação básica brasileira existe uma carência de profissionais capacitados para lecionar nas diversas áreas de conhecimento humano, sendo mais aguda esta carência na área das ciências exatas, o que pode ser atribuído ao fato do estabelecimento tardio das instituições de ensino superior no Brasil, realidade bem mais aguda na região Norte, em especial no Estado do Pará.

Durante várias décadas esforços tem sido feitos para solucionar a carência de professores capacitados, e diversas vezes com improvisações, as quais não colaboraram com qualidade dos cursos superiores de formação de professores, as chamadas licenciaturas, em suas diversas áreas, mas especialmente nas áreas de ciências exatas, como a Matemática.

Após o surgimento da internet, a educação à distância (EAD), já existente há muito tempo como uma metodologia de ensino, ganhou força, ampliando o ensino superior no Brasil (CORREIA-

NETO; VALADÃO, 2017) e também no Estado do Pará, tendo sido criados muitos cursos de licenciatura na modalidade EAD nos últimos anos.

O presente trabalho se propôs fazer um breve levantamento bibliográfico sobre o ensino superior no Brasil, sobre a educação à distância e, em especial, sobre os cursos de Licenciatura em Matemática, dissertando sobre seus pressupostos legais e, por fim, através de uma pesquisa no site do Ministério da Cultura (e-MEC) traçar um perfil panorâmico dos cursos de Licenciatura em Matemática ofertados no Pará, mantidos por instituições de ensino público e privado, e sob as modalidades presencial e à distância.

## **2 BREVE PANORAMA HISTÓRIO DO ENSINO SUPERIOR E DE MATEMÁTICA NO BRASIL**

### **2.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

No Brasil colônia não houve a criação de instituições de ensino superior (IES), fato que se deve ao pragmatismo português que não permitiu a criação de IES neste período, ao contrário de outros países da América Latina, como o México, colônia espanhola, que teve sua primeira universidade criada em 1553 (MARTINS, 2002).

Com chegada da Família Real, em 1808, foram criadas as seguintes escolas ensino superior: Escola de Cirurgia e Anatomia, em Salvador, atualmente Faculdade de Medicina da UFBA; Escola de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro, hoje Faculdade de Medicina da UFRJ e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro. O ensino superior se desenvolveu muito lentamente até a Proclamação da República, visto que seguiu um modelo que consistia em faculdades isoladas (MATTOS, 1983).

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi a primeira a existir como universidade no Brasil, todavia na época de sua criação se chamava de Universidade do Rio de Janeiro, legitimada pelo Decreto nº 13,343, de 1920 (CUNHA, 2011). Segundo Martins (2002), na década de 1920 havia 150 escolas superiores isoladas e somente 2 universidades, que foram criadas a partir de aglutinações de escolas superiores. Existia também um debate a cerca da criação de universidades, o qual não se restringia a questões políticas, mas procurava discutir sua real função na sociedade, isto é, que elas não deveriam ser meras instituições de ensino, mas deveriam ser centros de saber desinteressado.

No ano de 1968 ocorreu no Brasil uma modernização no sistema de ensino superior na chamada reforma universitária, porém não foi acompanhado por um aumento significativo nas matrículas nas IES. Mas, essa reforma contribuiu para o aparecimento e crescimento das instituições privadas de ensino superior, as quais tinham como principal objetivo provê o mercado com mão de

obra qualificada (MARTINS, 2009). As IES públicas buscaram se organizar para desenvolver ações voltadas pra atividades mais acadêmicas e científicas, já as privadas buscaram qualificar seus discentes para atender o mercado (ROCHA e BONA, 2011)

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96, publicada em 1996, mais as suas alterações ocorridas até os dias atuais, regulamenta todos os níveis de ensino. Esta lei normatiza diversos aspectos do ensino superior brasileiro, tais como: finalidades da educação superior, abrangendo as dimensões relativas à diplomação e atividades acadêmicas (cultura, ciência e tecnologia); referência ao reconhecimento e autorização das IES; sobre os recursos financeiros destinados às IES federais; etc (ROCHA e BONA, 2011).

Para atuar como professor no ensino básico, segundo a LDB, é necessário a formação em curso de graduação de licenciatura plena, no caso da disciplina de matemática é necessário ter o título de licenciado pleno em matemática.

## 2.2 OS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NO BRASIL

Segundo Soares (2006) até 1934 os professores que ministravam aulas de Matemática, no chamado ensino “secundário”, eram engenheiros, isto é, não existia IES no Brasil que viabilizasse a formação de professores de Matemática para lecionar neste nível de ensino. O primeiro curso de Matemática foi criado em 1934 na Universidade de São Paulo (USP) por meio do Decreto Estadual 6282 de 25/01/1934 (Junqueira e Manrique, 2012). O Decreto nº 1.190/39 institui o curso de Matemática com duração de 3 anos e uma ano para o aperfeiçoamento pedagógico para atuar no ensino “secundário” (Brasil, 1939).

Biasus (2006) relata que com a promulgação da Lei nº 4.024/61 ocorreu alterações estruturais nos cursos de licenciatura, passando a ter 1/8 do tempo de duração do curso destinado para as disciplinas de formação pedagógica, as quais deveriam ser trabalhadas durante o curso, quebrando a relação de 3 parte específicas para 1 parte de pedagógica, contudo continuou a fragmentação na formação do professor.

No Estado do Pará o Curso de Matemática foi implantado em 1954 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém, e em 1959 foi criada a UFPA sendo está Faculdade uma das incorporadas durante o ato de criação desta IES (SILVA, 2014). Bassalo (2012) relata que as disciplinas da área de matemática eram ministradas por dois engenheiros, após a criação da UFPA, a partir de 1961, a formação de professores de Matemática começou a ser feita pelo Núcleo de Física e Matemática. Durante muitos anos a UFPA foi a IES pública responsável pela formação de professores de matemática, somente em 1983 com a criação da Fundação Educacional do Estado do

Pará (FEP), um embrião de Universidade do Estado Pará (UEPA), é que outra IES pública passa formar professores de Matemática (SILVA, 2014).

Atualmente o Parecer N.º: CNE/CES 1.302/2001 trata das Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Matemática, e os Cursos de Licenciatura em Matemática devem ter os seguintes conteúdos comuns a todos os cursos de Licenciatura: Cálculo Diferencial e Integral, Álgebra Linear, Fundamentos de Análise, Fundamentos de Álgebra, Fundamentos de Geometria e Geometria Analítica, os quais podem ser distribuídos ao longo do curso de acordo com o currículo proposto pela IES, também devem ser incluídos “conteúdos profissionais, os conteúdos da Educação Básica, consideradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores em nível superior, bem como as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica e para o Ensino Médio” (BRASIL, 2001).

A resolução CNE/CP 2 de 2002 instituiu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura plena em Matemática, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, tendo 2800 h mínimas com pelo menos 3 anos para integralização, sendo: 400 h de prática como componente curricular; 400 h de estágio curricular supervisionado; 1800 h de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural; 200 h para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais (BRASIL, 2002).

Todavia em 2015 o MEC publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de cursos de licenciatura (Resolução CNE/CP n° 2/2015), a qual estabelece a seguinte estrutura curricular: 400 h de prática como componente curricular; 400 h estágio supervisionado; 2200 h para disciplinas de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais e 200 h de atividade complementar (BRASIL, 2015). Tais diretrizes foram publicadas em 2015 e o MEC estabeleceu um prazo de 2 anos para adequação das IES a esta resolução, mas o parecer CNE/CP N.º: 7/2018 prorroga para 4 anos para que as IES se adequem Resolução CNE/CP n° 2/2015 (BRASIL, 2018).

### 2.3 CURSOS DE LICENCIATURA E A EAD NO BRASIL

O Brasil é apontado por diversos registros históricos como um dos líderes mundiais em educação a distância até a década de 70. Todavia, a partir de então o país parou e outras noções avançaram, possibilitando uma queda no ranking internacional. Somente no final do século XX é que são observados ações e esforços que iram contribuir positivamente para que a retomada do crescimento pudesse acontecer, resultando em uma nova fase de desenvolvimento e prosperidade (ALVES, 2011apud VILAÇA, 2010).

Alguns projetos em EAD no Brasil são lembrados por Vilaça (2010, p. 11):

TV Educativa do Maranhão; a TVE do Ceará, com o programa TV Escolar; a fundação do Instituto de Radiofusão Educativa da Bahia (Irdeb); no Rio de Janeiro, a Fundação Brasileira de Educação (Fubrae) criou o Centro Educacional de Niterói (CEN); em Brasília, foi fundado o Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (Ceteb) voltado à formação profissional, geralmente com cursos para atender às necessidades de empresas. Um dos trabalhos mais conhecidos do Ceteb foi o Projeto Acesso, desenvolvido em convênio com a Petrobras; em São Paulo, foi criada a Fundação Padre Anchieta (FPA) (...). Na década de 1970, destacou-se o Projeto Minerva (radioeducativo), criado pelo governo federal, que oferecia diferentes tipos de cursos para os níveis de primeiro e segundo graus, com o objetivo de resolver a curto prazo os problemas de desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais do País.

Batista e Souza (2015) na atualidade no Brasil, a educação a distância tem como base legal a LDB, que foi regularizada pelo Decreto nº 5.622/05, o qual revogou o Decreto nº 2.494/98 e o Decreto nº 2.561/98, normatizada pela Portaria Ministerial nº 4.361/04 que revogou a Portaria Ministerial nº 301/98, estando inclusos nesta modalidade os cursos tecnológicos, de graduação e de pós-graduação.

As instituições de ensino superior devem se credenciar ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) para oferecer cursos de graduação na modalidade EAD, após o credenciamento da IES é necessário solicitar uma autorização para o funcionamento de cada curso que se pretende oferecer, vale ressaltar que o trâmite legal do processo de aquisição da autorização segue o mesmo rito de um curso na modalidade presencial (BATISTA e SOUZA, 2015).

Do ponto de vista metodológico, a Educação a Distância é normatizada pelo Decreto Nº 5.622, que, em seu artigo 1º fala:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

§ 1o A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I - avaliações de estudantes;

II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso (BRASIL, 2005).

A criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto nº 5.800/2006, foi um grande avanço para a EAD no país, pois se destina a oferecer cursos de graduação e pós-graduação a distância, principalmente cursos de licenciatura, como o de licenciatura em matemática. Esse decreto tem seus objetivos principais expostos no artigo 1º:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

Vale ressaltar que cursos de licenciatura em matemática na modalidade a distância devem prevê momentos presenciais obrigatórios para: avaliações de estudantes; estágios obrigatórios; defesa de trabalhos de conclusão de curso e atividades relacionadas a laboratórios de ensino, conforme previsto no Decreto Nº 5.622 (BRASIL, 2005).

## 2.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Em termos de seus fins, a presente pesquisa de classifica como sendo uma pesquisa descritiva, devido ao fato de que ela descreveu de forma breve a história do ensino superior no Brasil, e mais especificamente do ensino de graduação em Matemática existentes no Estado do Pará. Ao passo que, quanto aos meios, foi uma pesquisa do tipo bibliográfica, pois foi conduzida se baseando em material publicado em revistas especializadas, livros, redes eletrônicas, e, principalmente, em dados de domínio público do e-MEC (VERGARA, 2000).

## 2.5 RESULTADOS

No Estado do Pará, até o mês de dezembro de 2018, se encontravam registrados no banco de dados do Ministério da Educação (MEC), vinte e três IES oferecendo o curso de Licenciatura em Matemática (Tabela 1), sendo que a maior parte são cursos mantidos por instituições de ensino da rede privada (78,26%), e apenas 17,39% é mantido pelo poder público federal, além de 4,35% são mantidos pelo Estado, não havendo nenhuma instituição mantida por municípios.

**Tabela 1.** Relação de IES que ofertam cursos de licenciatura em Matemática no Estado do Pará, em 2018.

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Categoria</b>	<b>Modalidade de ensino</b>
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Pública	Presencial
Universidade Federal do Pará	UFPA	Pública	Presencial/EAD
Instituto Federal do Pará	IFPA	Pública	Presencial/EAD
Universidade do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	Pública	Presencial

Universidade Estadual do Pará	UEPA	Pública	Presencial/EAD
Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	Particular	Presencial/EAD
Centro Universitário Estácio	ESTACIO	Particular	Presencial/EAD
Centro Universitário Braz	CUBAS	Particular	EAD
Centro Universitário Campos de Andrade	UNIANDRADE	Particular	EAD
Centro Universitário Claretiano	CEUCLAR	Particular	Presencial
Centro Universitário da Grande Fortaleza	UNIGRANDE	Particular	EAD
Centro Universitário de Maringá	UNICESUMAR	Particular	EAD
Centro Universitário INTA	UNINTA	Particular	EAD
Centro Universitário Internacional	UNINTER	Particular	EAD
Escola Superior Madre Celeste	ESMAC	Particular	Presencial
Faculdade Dom Pedro II	FDPII	Particular	Presencial/EAD
Faculdade Educacional da Lapa	FAEL	Particular	EAD
Faculdades Integradas Ipiranga	FAINTIPI	Particular	Presencial
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	Particular	EAD
Universidade Cruzeiro do Sul	UNISUL	Particular	EAD
Universidade Brasil	UNI BRAS	Particular	EAD
Universidade de Uberaba	UBE	Particular	EAD
Universidade da Amazônia	UNAMA	Particular	Presencial

Fonte: O autor (2018), a partir de dados do e-MEC.

Verifica-se que cursos na modalidade à distância são predominantes, pois onze IES (47,83%) só mantêm o curso de licenciatura em Matemática sob esta modalidade, seis delas (26,09%) mantêm tanto a modalidade à distância como a presencial, e seis IES (26,09%) só oferecem o curso presencialmente. Percebe-se também que a diversidade na modalidade de oferta do curso não se restringe a esfera de gestão da IES, isto é, tanto instituições públicas como particulares oferecem a possibilidade de cursos na modalidade EAD e na presencial, mas destaca-se que no setor público nenhuma instituição oferece o curso somente sob a forma de EAD, o que está demonstrado através da Tabela 2.

**Tabela 2.** Relação quantitativa entre modalidade de ensino e categoria da IES

Categoria de IES	Modalidade de Ensino		
	Presencial	EAD	Presencial/EAD
Pública	2	0	3
Particular	4	11	3
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>6</b>

Fonte: O autor (2018), a partir de dados do e-MEC.

Batista e Souza (2015) afirmam que a modalidade de ensino à distância sofreu uma recente popularização, tornando-se a que mais oferece cursos informal e formal (ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação e tecnológico), devido sua conveniência e eficácia, pois nela o aprendizado acontece de maneira previamente planejada e intencional. Já para Alves (2009) e Belloni (2008), a adoção crescente da modalidade de EaD está relacionada com a democratização, a superação das barreiras espaço e tempo, o atendimento às novas demandas educacionais e a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis.



As vinte e três IES mantêm números de cursos de licenciatura em Matemática diferentes (Tabela 3).

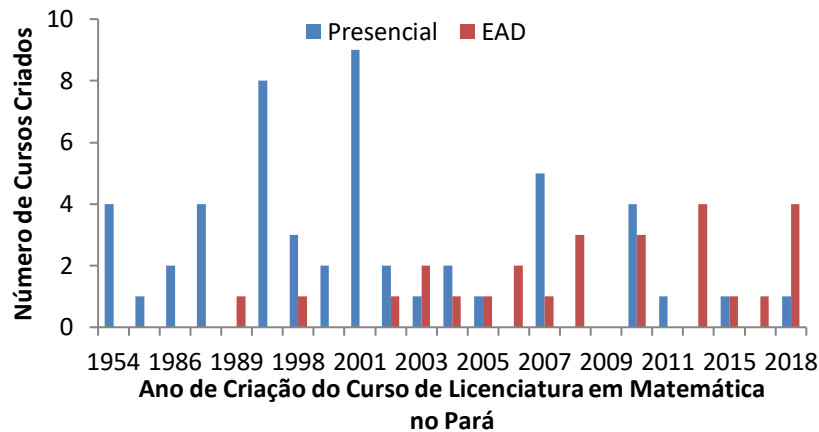
**Tabela 3.** Número de cursos de Licenciatura em Matemática ofertados pelas IES no Pará (2018).

Instituição	Número de cursos	Modalidade	
		Presencial	EAD
UFOPA	9	9	0
UFPA	34	32	2
UNIFESSPA	6	6	0
IFPA	2	1	1
UEPA	14	4	10
UNICSUL	2	0	2
CUBAS	1	0	1
UBE	1	0	1
UNICID	1	0	1
UNAMA	1	1	0
UNIBRAS	1	0	1
UNIGRANDE	1	0	1
UNINTER	1	0	1
UNIASSELVI	3	1	2
ESMAC	1	1	0
FDPII	2	1	1
FAINTIPI	1	1	0
UNICESUMAR	1	0	1
FAEL	1	0	1
ESTACIO	3	1	2
UNICID	1	0	1
UNINTA	1	0	1
CEUCLAR	2	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>59</b>	<b>31</b>

Fonte: O autor (2018), a partir de dados do e-MEC.

Em termos de número de cursos, o ensino presencial ainda é predominante, com 65,56% dos 90 cursos de licenciatura em Matemática existentes no Pará. Isso se deve ao fato de que uma das universidades públicas (UFPA, que dispõe de 34 cursos de Licenciatura em Matemática ativos, além de ser a universidade pioneira no Estado) estar presente em muitos municípios paraenses, em seus diversos campi espalhados pelo Estado, além do fato de que as IES particulares estarem recentemente na região, conforme se pode verificar na Figura 1, que traz ano de criação dos cursos de Licenciatura em Matemática no Pará, nas 23 IES que oferecem esse curso na região.

**Figura 1.** Ano de criação dos cursos de Licenciatura em Matemática no Estado do Pará.



**Fonte:** O autor (2018), a partir de dados do e-MEC.

Por mais de duas décadas (de 1954 a 1980) houve apenas uma única IES mantenedora do curso de Licenciatura em Matemática no Pará, a UFPA, em seus campi de Belém, Breves e Cametá, existindo, assim, apenas três cursos em todo o Estado. Em 1980 a Universidade da Amazônia, que na época se denominava União das Escolas Superiores do Pará, abriu seu curso, sendo o primeiro mantido por uma instituição privada na região.

Ainda na década de 1980, a Universidade do Estado do Pará (UEPA), que na época se denominava Faculdades Estaduais do Pará (FEP), criou seu curso de Licenciatura no campus de Belém, ampliando o número de cursos, sendo que todos eram de forma presencial. Mas, essa mesma instituição cria, em 1989 o primeiro curso na modalidade EAD, no município de Igarapé-Açu.

Na década de 1990 a UFPA amplia seu processo de interiorização, sendo assim, foram criados novos cursos em Santarém e Marabá (1992), presenciais. Esses cursos foram herdados pela UFOPA e pela UNIFESSPA, pois essas universidades foram criadas a partir de desmembramentos de campi da UFPA e UFRA, ocorrido em 05 de novembro de 2009, pela Lei nº 12.085/09, de acordo com Brasil, 2009, no caso da UFOPA, e ocorrido em 05 de julho de 2013, pela Lei nº 12.824/13, de acordo com Brasil, 2013, no caso da UNIFESSPA.

Através da Lei nº 11.982 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) foram transformados em Institutos Federais (IF's), e, desta forma, o CEFET-PA se tornou o IFPA, passando a ofertar cursos de Licenciatura, sendo então criado em Belém o curso de Licenciatura em Matemática no ano de 2001, na modalidade presencial, e, em 2010, outro curso na modalidade EAD.

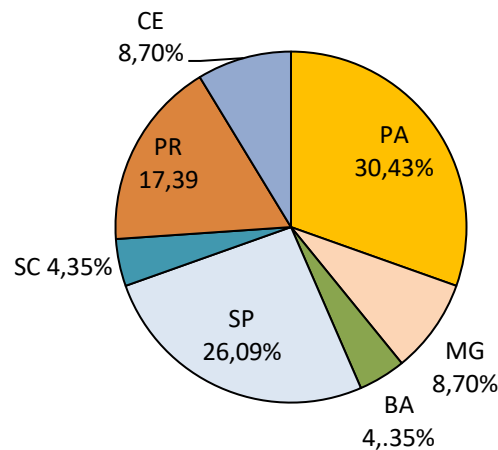
A partir da década de 2000, e principalmente na década de 2010, houve um acentuado crescimento no número de cursos de Licenciatura em Matemática criados no Pará, agora

diretamente ligado à evolução e à expansão da educação à distância, pois muitos cursos criados foram na modalidade EAD, conforme se percebe na Figura 1.

Com a EAD vieram para o Estado do Pará instituições de ensino particulares que criaram seus cursos de Licenciatura em Matemática, tais como a UNIASSELVI (2006), UNINTER (2014) e ESTÁCIO (2015), que passaram a oferecer turmas nas mais diversas cidades do interior do Estado, além da capital e demais cidades da região metropolitana de Belém. Desta forma, houve uma aproximação da oferta desse curso aos moradores dos mais diversos municípios do Estado.

A Figura 2 traz a distribuição das IES que ofertam o curso de Licenciatura em Matemática no Pará conforme a localização (Estado) da sede da instituição.

**Figura 2.** Distribuição pelos Estados das sedes das IES com cursos de Licenciatura em Matemática no Pará.



**Fonte:** O autor (2018), a partir de dados do e-MEC.

Apenas 30,43% das IES que oferecem o curso de Licenciatura em Matemática são instituições com sede no estado do Pará, sendo a maioria de outros Estados, principalmente de São Paulo (29,09%). Isso se deve em grande parte ao fato do grande número de cursos, na modalidade à distância, mantidos por instituições particulares de ensino, que geralmente mantêm suas sedes nas regiões mais avançadas em termos tecnológicos (em especial a Sudeste). Tal constatação vem ao encontro do que revela o relatório Analítico da Aprendizagem à Distância no Brasil, referente ao ano de 2016 (ABED, 2017), que diz que a EAD é um segmento que se distribui por todo o território nacional (ABED, 2017).

A Tabela 3 traz a relação de número de vagas; a carga horária total do curso; e o número de semestres mínimo esperado para conclusão do curso.

**Tabela 3.** Distribuição de vagas, carga horária mínima e número de semestres mínimos para integralização dos cursos de Licenciatura em Matemática ofertados no Pará.

IES	VAGAS		Carga Horária Total	Número de Semestres
	EAD	Presencial		
UFOPA	0	140	3.328 e 3.850	8 e 10
UFPA	5.000	1.850	2.400 a 3.600	8 e 10
UNIFESSPA	0	290	2.650 a 3.434	8 e 10
UEPA	1.030	280	2.920 a 3.560	8
IFPA	65	40	3.100 e 3.610	6 e 8
UNAMA	0	100	3.400	8
UNIASSELVI	720	100	2.916 e 3.200	6 e 8
ESMAC	0	100	2.800	7
CUBAS	2.000	0	2.000	8
UNINTER	3.000	0	3.200	6
UNIUBE	300	0	3.948	6
ESTACIO	1.600	100	2.988 e 3.160	6
CEUCLAR	2.800	60	2.800	6
FDP II	900	200	3.360 e 6.720	8
FAINTIPI	0	200	3.200	6
FAEL	6.000	0	3.080	8
UNIANDRADE	1.000	0	3.080	8
UNICESUMAR	1.500	0	3.080	8
UNICID	1.500	0	2.800	6
UNICSUL	350	0	2.800	6
UNI BRAS	9.960	0	3.500	6
UNIGRANDE	800	0	1.476	8
UNINTA	2.000	0	3.200	8
<b>TOTAL</b>	<b>40.525</b>	<b>3.460</b>	-	-

Fonte: O autor (2018), a partir de dados do e-MEC.

Percebe-se que em termos de número de vagas ofertadas, a modalidade à distância supera em muito a modalidade presencial, ficando com 92,13% do total.

Dentre as vagas ofertadas na modalidade à distância se pode perceber também que apenas 13,86% delas são ofertadas por uma IES pública, sendo então a maioria das vagas presentes no ensino da rede privada de ensino, o que concorda com Arruda e Arruda (2015), ou seja, que, em termos históricos, as IES públicas atuaram de forma pontual na EAD, sem haver muita articulação entre as esferas federal, estadual e municipal. Também concorda com Dourado (2008), que aponta que em 2006 havia um predomínio de vagas no setor privado, o qual detinha 505.184 vagas no setor particular contra 18.912 em IES públicas.

Esse maior número de vagas pode ser explicado pelo fato de que, teoricamente, a EAD não apresenta nenhuma restrição de espaço físico, logo não há restrição também no número de alunos (vagas) por turma, desde que haja professores e tutores para acompanhar a todos os alunos.

Conforme os dados do Censo EAD.BR 2016 (ABED, 2017), em todos os cursos averiguados, a maioria das IES tem seus grupos organizados com até 30 integrantes, ou entre 31 e 50 integrantes.

A carga horária (CH) mínima exigida pelas IES para a obtenção de diploma em Licenciatura em Matemática é muito variável, com valor máximo de 6.720 h e mínimo de 1.476 h, indicando uma grande variabilidade de tempo exigido pelas IES para se graduar neste curso, o que provavelmente está relacionado com a grade curricular destes cursos e, conseqüentemente, com a visão de ensino da IES. Destaca-se que carga horária mínima dos cursos de formação de professores da Educação Básica foi estipulada em 2.400 h, a qual deve ser integralizada em, no mínimo, 3 anos (BRASIL, 2002), sendo assim alguns cursos não apresentam carga horária condizente com o estabelecido em lei.

O número mínimo de semestres esperados para a conclusão do curso varia entre 6 até 10 semestres. Assim se percebe que nenhum curso tem tempo de integralização menor do que o permitido em lei, isto é, seis semestres (BRASIL, 2002).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O portal do e-MEC é uma importante fonte de consulta sobre dados do ensino superior no Brasil, nele é possível extrair informações referente as IES credenciadas, cursos credenciados, ano de criação, polos, carga horária, etc, e com a facilidade de acesso ao público.

No estado do Pará observa-se que de 1954, quando foi criado o primeiro curso de licenciatura em matemática, até 1989 a formação era oferecida somente na modalidade presencial, já a partir deste ano há a criação de diversos cursos na modalidade a distância, chegando aos dias atuais, em termos de número de vagas ofertadas, com 92,13 % oferecidas nesta modalidade de ensino.

Das IES que ofertam Licenciatura em Matemática no estado do Pará 69,57 % são privadas, as quais em sua maioria ofertam o curso na modalidade a distância, com predominância das IES com sede no estado de São Paulo (29,09%), fato facilitado pela natureza do ensino a distância, onde o aluno pode estudar no momento que lhe for mais conveniente e lugar que seja mais adequado para o discente. As IES públicas tiveram um aumento no número de vagas ofertadas a distância após a criação da UAB, pois até então nestas instituições o curso era ofertado somente presencialmente.

No que diz respeito a carga horária dos cursos observa-se que apenas um curso não cumpre as 2800 h estipuladas pela Resolução CNE/CP nº 2/2002. Levando em consideração a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 CNE/CP 2/2015, 43,47 % das IES necessitam se adequar ao mínimo de 3200 h, as quais têm até 1º de julho de 2019 para realizar os ajustes necessários.

**REFERÊNCIAS**

- ABED, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016**. Curitiba: InterSaberes, 2017;
- ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. *In*: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education, 2009;
- ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p.321-338, 2015;
- BASSALO, J. M. F. **Aspectos Históricos do Ensino de Matemática em Belém do Pará**, Belém, 2012;
- BATISTA, C. J. F.; SOUZA, M. M. A Educação a Distância no Brasil: regulamentação, cenários e perspectivas. **Revista Multitexto**, v. 3, n. 02, 2015;
- BELLONI, M. L. **Educação à distância**. Campinas: Autores Associados, 2008;
- BIASUS, G. **Formação de Professores nas Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do RS: Um Estudo Multicasos**. Dissertação de Mestrado, UFSM, 2006;
- BRASIL. Decreto nº 1.190 de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia: Presidência da República, 1939;
- \_\_\_\_\_. Parecer CNE/CES nº 1.302/2001, de 06/11/2001. Trata das Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura. Brasília/DF: 2001;
- \_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 2/2002, de 19/02/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília/DF: 2002;
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 2005;
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília/DF, 2006;
- \_\_\_\_\_. Lei nº 11.982 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, Brasília/DF: 2008;
- \_\_\_\_\_. Lei nº 12.085 de 05 de novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências, Brasília/DF: 2009;

\_. Lei nº 12.824 de 05 de julho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e dá outras providências. Brasília/DF: 2013;

. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 CNE/CP 2/2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, Brasília/DF: 2015;

\_. Parecer CNE/CES nº 7/2018, de 03/07/2018. Solicitação de prorrogação do prazo estabelecido na Resolução CNE/CP nº 1, de 9 de agosto de 2017, que alterou o artigo 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Brasília/DF: 2018;

CORREIA-NETO, J. S.; VALADÃO, J. A. D. Evolução da Educação Superior a Distância no Brasil: uma Análise a partir de Processos de Institucionalização. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 97-120, 2017;

CUNHA, M. R. *Gestão estratégica de IES: modelos e funções do planejamento estratégico em universidades públicas e privadas de Palmas – Tocantins* (Dissertação de mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2011. Recuperado de <http://recil.grupulusofona.pt/handle/10437/3804>;

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios? *In: Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em <[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acesso em: 07 de maio de 2018;

JUNQUEIRA, S. M. S.; MANRIQUE, A. L. Licenciatura em Matemática no Brasil: aspectos históricos de sua constituição. *Revista Electrónica de Investigación en Educación en Ciencias*. v. 8, n. 1. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4462824.pdf>. Acesso em: 13/03/2019

MATTOS, P. L. C. L. **As Universidades e o Governo Federal**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, vol. 17, suplemento 03, 2002;

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura Para o ensino superior privado no brasil. **Educacional e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 15 jun. 2018;

ROCHA, M. J. F.; BONA, J. **História e organização do ensino superior no Brasil**. Indaiá: Uniasselvi, 2011;

SILVA, N. O. Educação Matemática no Pará: genealogia, institucionalização e traços marcantes (Tese e Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SOARES, F.S. Instrução pública e docência de Matemática no Rio de Janeiro: passagem do século XVIII para o XIX. Em Reunião Anual da ANPED, GT: Educação Matemática, 2006. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em: 13/03/2019;

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000;

VILAÇA, M. L. C. Educação a distância e tecnologias: conceitos, termos e um pouco de história. **Revista Magistro**, Duque de Caxias, v. 2, n. 1. 2010. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1197>. Acesso em: 05/05/2018.